

Encargos Sociais

Taxa de Leis Sociais e Riscos do Trabalho (%)

ENCARGOS SOCIAIS	Sem desoneração		Desonerados Lei 12.844	
	HORISTAS (1)	MENSALISTAS (2)	HORISTAS (1)	MENSALISTAS (2)
A Encargos sociais básicos	37,80%	37,80%	22,80%	22,80%
A.1 Previdência Social	20,00%	20,00%	5,00%	5,00%
A.2 FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A.3 Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A.4 Serviço Social da Indústria (SESI)	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A.5 Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A.6 Serviço de apoio pequena e média empresa (SEBRAE)	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A.7 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A.8 Seguro contra acidentes do trabalho (INSS)	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A.9 Seconci - Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
B Encargos sociais que recebem as incidências de "A"	39,17%	8,22%	39,17%	8,22%
B.1 Repouso semanal e feriados	22,90%		22,90%	
B.2 Auxílio enfermidade (*)	0,79%		0,79%	
B.3 Licença Paternidade (*)	0,34%		0,34%	
B.4 13o Salário	10,57%	8,22%	10,57%	8,22%
B.6 Dias de chuva, faltas justificadas, greves, atraso na entrega de mat.	4,57%		4,57%	
C Encargos sociais que não recebem as incidências de "A"	31,63%	24,59%	31,63%	24,59%
C.1 Depósito por despedida injusta 50% sobre [A2+(A2 x B)] (#)	4,45%	3,46%	4,45%	3,46%
C.2 Férias indenizadas	14,06%	10,93%	14,06%	10,93%
C.3 Aviso prévio indenizado (*) (**)	13,12%	10,20%	13,12%	10,20%
D Taxas de reincidências	19,63%	6,86%	11,79%	4,10%
D.1 Reincidências de "A" sobre "B"	14,81%	3,11%	8,93%	1,87%
D.2 Reincidências de ("A" - A9) sobre "C.3"	4,83%	3,75%	2,86%	2,22%
TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS	128,23%	77,47%	105,39%	59,71%
Nas cidades onde não existe ambulatório Seconci (item A 9) (exclui-se A 9, alterando a reincidência em D.1)	126,84%	76,39%	96,38%	52,70%
Complementos	Valores		Custos Médios	
C x NC - S x 0,06 / S - Vale transporte (**)	26,59%	4,50	(C) Custo médio un da condução	
(F x NR - S / 30 x 22 x 0,01) / S - café da manhã (**)	5,60%	88	(NC) número de refeições	
R x NR x 0,95 / S - Refeição (**)	20,64%	3,50	(F) custo médio café da manhã	
SG / S - Seguro de vida e acidentes em grupo (**)	1,23%	12,00	(R) custo médio refeição	
K / S - EPI "Equipamento de Proteção Individual" (**)	1,50%	22	(NR) número de refeições	
TOTAL COMPLEMENTOS =	55,56%	15,00	(SG) custo médio cseguro	
		18,20	(K) número médio EPI (****)	
		1.214,99	(S) salário médio nominal	
Encargos sociais com complementos	183,80%	133,04%	160,96%	115,27%
Encargos sociais com complementos para cidades sem Seconci	182,41%	131,95%	151,95%	108,27%

A Lei 12.844/2013, estabeleceu, entre outras disposições, a desoneração da folha de pagamento na construção civil.
Com a medida, a contribuição patronal ao Instituto Nacional de Seguranga Social (INSS) passa de 20% sobre a folha de pagamento para 4,5% sobre a receita bruta, devendo por tanto ser incluída no BDI.
Contudo, a partir da Lei nº 14.973/2024, foi previsto o fim da desoneração até dezembro de 2027 através da reoneração gradual da folha de pagamento, a ser implementada de acordo com as seguintes alíquotas:

PERÍODO	ACRB	AFP
01/01/2025 a 31/12/2025	3,6%	5,0%
01/01/2026 a 31/12/2026	2,7%	10,0%
01/01/2027 a 31/12/2027	1,8%	15,0%
01/01/2028 em diante	-	20,0%

ACRB - alíquota incidente sobre a receita bruta
AFP - alíquota incidente sobre a folha de pagamento

(*) adotado
(**) Itens que devem ser calculados segundo o critério de cada empresa. As fórmulas consideram os seguintes itens:
C = Custo médio de condução (um) ou refeição (um) ou seguro (custo mensal); N = Número médio de conduções ou refeições (mês);
S = Salário médio nominal (mês). Vale Transporte: considerada dedução de 6% sobre o salário mês; pois os empregadores obrigam-se a custear apenas o excedente a
(***) Conforme o decreto 6.727, de 12-1-2009, que altera o Regulamento da Previdência Social, revogando a não incidência da contribuição previdenciária sobre o valor pago a título de aviso prévio indenizado
(****) 1/3 de calçado + 1/10 de capacete + 1/10 cinturão

Observações: 1) As taxas de Leis sociais e Riscos do Trabalho para horistas estão consideradas e calculadas de modo a exprimir as incidências e reincidências dos

Sobre complementos dos encargos:

Condução: Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985 e 7.619 de 30/09/87

Refeição: É direito do empregado quando determinado pela convenção coletiva/porém cada estado tem sua convenção

Seguro: Semelhante a refeição é obrigatório quando estipulado na convenção coletiva é necessário avaliar a convenção coletiva em vigor na sua região para verificar quais EPI .A obrigatoriedade do uso do EPI está descrita na NR-6 EPI – Norma Regulamentadora de Equipamento de Proteção Individual –, publicada em 8 de junho de 1978 e com alterações e atualizações entre maio de 1982 e dezembro de 2011.